



**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO (REGISTRO DE PREÇOS)**

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Superintendência de Desenvolvimento Rural-SDR

(Processo Administrativo nº 00083.001240/2025-43)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, para futura e eventual **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas, incluindo o fornecimento de materiais hidráulicos, materiais elétricos, bombas submersas, peças e acessórios necessários ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água, destinados ao atendimento das demandas operacionais relacionadas à infraestrutura hídrica e aos sistemas de bombeamento utilizados nas comunidades rurais atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina/PI**, conforme especificações constantes da planilha em anexo.

LOTE I - ELETROBOMBAS							
Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50526	603504	BOMBA SUBMERSA MONOF. MBP 1CV	Unidade	2	R\$ 4.269,52	R\$ 8.539,04
2	50530	603506	Bomba submersível trifásica, potência de 2CV, tensão de 380V	Unidade	2	R\$ 4.490,19	R\$ 8.980,38
3	50531	614319	BOMBA CENTRIFUGA SUBMERSA MONOFASICA 3CV	Unidade	2	R\$ 4.667,43	R\$ 9.334,86
4	50532	614320	BOMBA CENTRIFUGA SUBMERSA TRIFASICA 4CV	Unidade	3	R\$ 6.388,64	R\$ 19.165,92
5	50533	614347	BOMBA SUBMERSA 5 5CV	Unidade	3	R\$ 7.959,04	R\$ 23.877,12
6	50534	620658	BOMBA SUBMERSA TRIFASICA 4 COM POTENCIA ATE 6CV PARA POCO ARTESIANO.	Unidade	3	R\$ 7.387,72	R\$ 22.163,16
7	50535	477836	BOMBA SUBMERSA 7CV TRIFASICA	Unidade	3	R\$ 8.972,99	R\$ 26.918,97
8	50536	635342	BOMBA CENTRIFUGA SUBMERSA TRIFASICA R20-08 600/008/22TR 8CV 6 POLEGADAS	Unidade	2	R\$ 10.662,59	R\$ 21.325,18
9	50537	461084	BOMBA SUBMERSA TRIFASICA 9CV	Unidade	2	R\$ 12.743,75	R\$ 25.487,50
10	50538	448075	BOMBA SUBMERSA 10CV TRIFASICA	Unidade	2	R\$ 13.011,58	R\$ 26.023,16
11	50539	470957	BOMBA CENTRIFUGA SUBMERSA TRIFASICA R7 A-25 600 11CV 6 POLEGADAS	Unidade	2	R\$ 16.999,15	R\$ 33.998,30
12	50540	614328	BOMBA SUBMERSA 12CV TRIFASICA	Unidade	2	R\$ 15.820,50	R\$ 31.641,00
13	50541	614329	BOMBA SUBMERSA DE 15 CV 220/380 TRIFÁSICA	Unidade	2	R\$ 18.533,95	R\$ 37.067,90
14	50542	614329	BOMBA SUBMERSA DE 16 CV 220/380 TRIFÁSICA	Unidade	2	R\$ 21.383,14	R\$ 42.766,28
Valor Total do Lote							R\$ 337.288,77
LOTE II - Serviços Bombas Trifásicas							

Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50543	2330	Rebobinamento em Motor 1,0 CV - Trif. - Rebobinamento em Motor 1,0 CV - Trif.	Serviço	15	R\$ 1.142,11	R\$ 17.131,65
2	50544	2330	REBOBINAMENTO MOTOR BOMBA SUBMERSA, 2 CV TRIFASICA	Serviço	15	R\$ 1.168,54	R\$ 17.528,10
3	50545	2330	Rebobinamento de motor 3,0 CV Trifásico	Serviço	15	R\$ 1.020,99	R\$ 15.314,85
4	50546	2330	Rebobinamento em Motor 4,0 CV - Trif.	Serviço	15	R\$ 1.115,86	R\$ 16.737,90
5	50547	2330	Rebobinamento em Motor 5,0 CV Trif.	Serviço	15	R\$ 1.448,56	R\$ 21.728,40
6	50548	2330	Rebobinamento em Motor 6,0 CV - Trif	Serviço	15	R\$ 1.546,31	R\$ 23.194,65
7	50549	2330	Rebobinamento em Motor 7,5 CV - Trif	Serviço	15	R\$ 1.559,55	R\$ 23.393,25
8	50550	2330	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO DE 8,0 HP, TRIFÁSICO.	Serviço	18	R\$ 1.948,55	R\$ 35.073,90
9	50551	2330	Rebobinamento de motor submerso de 9,0 HP, trifásico 6"	Serviço	15	R\$ 2.281,06	R\$ 34.215,90
10	50552	2330	REBOBINAMENTO ESTATOR MOTOR 10 CV TRIFÁSICA 380V	Serviço	15	R\$ 1.694,93	R\$ 25.423,95
11	50553	2330	Rebobinamento de motor de 11,0 Hp	Serviço	15	R\$ 2.083,89	R\$ 31.258,35
12	50554	2330	REBOBINAMENTO DE MOTOR SUBMERSO DE 12 HP, TRIFÁSICO.	Serviço	15	R\$ 2.028,94	R\$ 30.434,10
13	50555	2330	REBOBINAMENTO MOTOR ELETRICO 15,0 Cv TRIF	Serviço	15	R\$ 2.041,50	R\$ 30.622,50
14	50556	2330	REBOBINAMENTO MOTOR ELÉTRICO 20,0 CV TRIF	Serviço	15	R\$ 2.973,20	R\$ 44.598,00
Valor Total do Lote							R\$ 366.655,50

LOTE III - Serviços Bombas Monofásicas

Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50559	2330	REBOBINAMENTO MOTOR SUBMERSO 1,0 CV	Unidade	18	R\$ 1.030,17	R\$ 18.543,06
2	50560	2330	REBOBINAMENTO MOTOR SUBMERSO 2,0 CV	Unidade	18	R\$ 1.074,99	R\$ 19.349,82
3	50561	2330	REBOBINAMENTO 3,0 CV MONOFÁSICO	Unidade	18	R\$ 1.437,66	R\$ 25.877,88
4	50562	2330	Rebobinamento de motor de bomba submersa de 4,0 CV 4	Unidade	18	R\$ 1.544,50	R\$ 27.801,00
5	50557	2330	REBOBINAMENTO 5,0 CV	serviço	18	R\$ 1.500,07	R\$ 27.001,26
6	50563	2330	Rebobinamento de motor de 6,0 Hp	Unidade	18	R\$ 1.859,37	R\$ 33.468,66
7	50564	2330	Servico de rebobinamento de motor eletrico de de 7,5 CV	Unidade	18	R\$ 1.829,77	R\$ 32.935,86
8	50558	2330	REBOBINAMENTO MOTOR ELETRICO 8,0 Cv	serviço	18	R\$ 2.050,65	R\$ 36.911,70
Valor Total do Lote							R\$ 221.889,24

LOTE IV - Manutenção de motores elétricos

Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50565	2615	Embuchamento dos mancais em Bronze, superior e inferior com retifica do induzido e balanceamento digital do motor submerso de 1,5HP	Serviço	20	R\$ 649,42	R\$ 12.988,40
2	50566	2615	Embuchamento dos mancais superior e inferior com retifica do induzido e balanceamento do eixo de motor submerso	Serviço	20	R\$ 690,95	R\$ 13.819,00

			de 2,0 HP				
3	50567	2615	EMBUCHAMENTO DOS MANCAIS HP 3,0	Serviço	20	R\$ 749,88	R\$ 14.997,60
4	50568	2615	Manutenção corretiva em conjunto motobomba submersível 4hp com rebobinamento, troca de rolamentos, embuchamento de eixo, rotor e selo mecânico.	Unidade	20	R\$ 881,09	R\$ 17.621,80
5	50569	2615	Embuchamento dos mancais superior e inferior com retifica do induzido e balanceamento do eixo de motor submerso de 5,0HP	Unidade	20	R\$ 874,66	R\$ 17.493,20
6	50570	2615	Embuchamento dos mancais em Bronze, superior e inferior com retifica do induzido e balanceamento digital do motor submerso de 6,0HP	serviço	20	R\$ 834,50	R\$ 16.690,00
7	50571	2615	Embuchamento de eixo de motor de 7,0 Hp	serviço	20	R\$ 996,33	R\$ 19.926,60
8	50572	2615	Embuchamento de eixo de motor de 8,0 Hp	serviço	20	R\$ 1.058,00	R\$ 21.160,00
9	50573	2615	Embuchamento de eixo de motor de 9,0 Hp	serviço	20	R\$ 1.235,00	R\$ 24.700,00
10	50574	2615	Embuchamento dos mancais superior e inferior com retifica do induzido e balanceamento do eixo de motor submerso de 10,0HP	serviço	20	R\$ 1.156,75	R\$ 23.135,00
11	50575	2615	Embuchamento de eixo de motor de 11,0 Hp	serviço	20	R\$ 1.308,33	R\$ 26.166,60
12	50576	2615	Embuchamento dos mancais superior e inferior com retifica do induzido e balanceamento do eixo de motor submerso de 12 HP.	serviço	20	R\$ 1.238,75	R\$ 24.775,00
13	50577	2615	Embuchamento de eixo de motor de 15,0 Hp	serviço	20	R\$ 1.489,67	R\$ 29.793,40
14	50578	2615	EMBUCHAMENTO EIXO MOTOBOMBA SBMERSA 16 CV	serviço	20	R\$ 1.574,33	R\$ 31.486,60
Valor Total do Lote							R\$ 294.753,20

LOTE V - Manutenção de Bombas							
Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50580	2330	SERVICOS HORAS HOMEM - Os servicos consistem em servicos de manutencao mecanica preventiva e corretiva nos conjuntos de bomba e motores dos equipamentos bomba submersa motobombas em geral como desmontar e montar os equipamentos e fazer a manutencao geral	Hora	100	R\$ 1.225,00	R\$ 122.500,00
2	50579	2330	SERVIÇO DE TROCAR PONTA DE EIXO	Serviço	200	R\$ 369,40	R\$ 73.880,00
3	50581	2615	Serviço de manutenção, quadro de comando monofásico (220 v) de 1 vc a 2 cv	Unidade	30	R\$ 384,50	R\$ 11.535,00
4	47769	2615	Serviço de manutenção, quadro de comando monofásico (220 v) 3 cv	Unidade	30	R\$ 387,00	R\$ 11.610,00
5	47770	2615	Serviço de manutenção, quadro de comando trifásico (380 v) de 3 cv a 7,5 cv	Unidade	50	R\$ 489,67	R\$ 24.483,50
6	50584	2615	Serviço de manutenção, quadro de comando trifásico (380 v) de 11 cv	Unidade	30	R\$ 570,00	R\$ 17.100,00
Valor Total do Lote							R\$ 261.108,50

LOTE VI - Peças para manutenção							
Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50586	620969	MANCAL AXIAL	Unidade	72	R\$ 1.281,00	R\$ 92.232,00
2	50587	625273	MANCAL SUPERIOR A EM GRAFITE P/ SUPORTE	Unidade	24	R\$ 168,55	R\$ 4.045,20
3	50588	638340	SEGMENTO DO MANCAL DO MOTOR DE	Unidade	24	R\$ 309,37	R\$ 7.424,88

			MOTOBOMBA SUBMERSA 6"				
4	50585	638340	SUPORTE B PARA MOTOR M10 GG20 COM BUCHA E MANCAL SUPERIOR	Peça	24	R\$ 1.824,68	R\$ 43.792,32
5	50589	235714	Disco Inox para motor	Unidade	24	R\$ 661,75	R\$ 15.882,00
6	50590	479839	Tampa do Diafragma para motor	Unidade	288	R\$ 72,75	R\$ 20.952,00
7	50591	615445	Eixo para Bomba	Unidade	48	R\$ 735,25	R\$ 35.292,00
8	50592	637747	Bucha cônica para Bomba	Unidade	24	R\$ 33,25	R\$ 798,00
9	50593	637747	Bucha Guia	Unidade	24	R\$ 10,80	R\$ 259,20
10	50594	637747	Bucha Sextanava para Bomba	Unidade	24	R\$ 9,65	R\$ 231,60
11	1102	621991	Retentor	Unidade	100	R\$ 38,51	R\$ 3.851,00
12	50595	637747	BUCHA GUIA NBR 30X15MM (COMPATÍVEL COM LEÃO)	Unidade	100	R\$ 38,56	R\$ 3.856,00
13	50596	214348	BUCHA DESG. BRONZE 31x20x31mm	Unidade	100	R\$ 46,19	R\$ 4.619,00
14	50597	446405	BUCHA DE DESGASTE	Unidade	100	R\$ 45,36	R\$ 4.536,00
15	50598	452568	Rotor para bombeador	Unidade	24	R\$ 32,98	R\$ 791,52
16	50599	452568	Rotor do bombeador 4BPS8	Unidade	24	R\$ 21,20	R\$ 508,80
17	50600	332187	DIFUSOR DO BOMBEADOR MOTOBOMBA SUBMERSA	Unidade	48	R\$ 2,30	R\$ 110,40
18	50601	480050	CORPO DE ESTAGIO BOMBA SUBMERSA R 11 A	Unidade	24	R\$ 338,80	R\$ 8.131,20
19	50602	452568	KIT ROTOR E DIFUSOR BOMBEADOR 4R6/4R8	Unidade	200	R\$ 70,22	R\$ 14.044,00
20	50603	382969	Kit rotor bombeador 4R4PB	Unidade	200	R\$ 40,71	R\$ 8.142,00
21	50604	382969	Kit rotor bombeador 4R5.PA	Unidade	200	R\$ 45,57	R\$ 9.114,00
22	50605	452568	Kit Rotor e Difusor do bombeador 4R8	Unidade	200	R\$ 67,83	R\$ 13.566,00
23	50606	615445	EIXO BOMBEADOR S SS130, LEÃO, 21 ESTAGIO	Unidade	30	R\$ 314,25	R\$ 9.427,50
24	50607	607142	Acoplamento da Bomba	Unidade	60	R\$ 142,95	R\$ 8.577,00
Valor Total do Lote							R\$ 310.183,62
LOTE VII - Material Elétrico							
Item	Código E-GOVERNE	CATMAT/CATSERV	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	50620	338798	Conector - Material: Polietileno Tipo: Sindal Bitola Fio: 10 MM NúmeroConectores: 12 Características Adicionais: Barra Sindal P/Fio De 10 Mm	Unidade	25	R\$ 26,82	R\$ 670,50
2	50621	338798	BLOCO CONECTOR SINDAL 16 MM	Unidade	25	R\$ 19,59	R\$ 489,75
3	47744	343731	Trilho Eletificado - Material: Alumínio Tipo: Din Comprimento Barra: 1 M Aplicação: Instalações Elétricas	Unidade	3	R\$ 22,00	R\$ 66,00
4	50622	616618	Relé Tensão - Frequência Nominal: 60 HZ Tensão Nominal Bobina: 380 VCA Aplicação: Sistema Trifásico Características Adicionais: Máx. E Mín. Tensão	Unidade	10	R\$ 113,07	R\$ 1.130,70
5	50623	390262	Chave Elétrica Tipo Bóia - Aplicação: Poço/Reservatório/Caixa D'Água Corrente Nominal: 15 A Características Adicionais: Automatizada	Unidade	50	R\$ 62,34	R\$ 3.117,00
6	15805	409524	Cabo submerso 3 x 1,5mm	Metros	1.000	R\$ 15,60	R\$ 15.600,00
7	15806	437819	Cabo submerso 3 x 2,5mm	Metros	1.000	R\$ 16,07	R\$ 16.070,00
8	15807	616916	Cabo submerso 3 x 4,0mm	Metros	1.000	R\$ 23,03	R\$ 23.030,00
9	15808	352501	Cabo submerso 3 x 6,0mm	Metros	1.000	R\$ 33,91	R\$ 33.910,00
10	15809	415719	Cabo submerso 3 x 10,0mm	Metros	1.000	R\$ 70,50	R\$ 70.500,00
11	50624	616646	Quadro Elétrico - Material: Aço Carbono Revestido Componentes: FechoMetálico E Chave Aplicação: Proteção De Comando Elétrico Cor: Placa Laranja;Caixa E Tampa Cinza Acabamento: Tratamento Anticorrosivo E Pintura Eletrostatica Dimensões: 400 X 300 X 200 MM Posição Relativa: Sobrepor	Unidade	30	R\$ 337,30	R\$ 10.119,00

12	50625	636761	CAPACITOR PARTIDA 216-259UF 220V	Unidade	25	R\$ 65,65	R\$ 1.641,25
13	50626	636759	CAPACITOR PARTIDA 270/324UF 220V	Unidade	25	R\$ 63,83	R\$ 1.595,75
14	50627	398759	Capacitor Fixo Eletrolítico Alumínio - Capacitância Nominal: 2.200 MICROF Tensão Nominal: 25 V Temperatura Trabalho: 85 °C Tipo Terminais: Radial Aplicação: Sistema Eletrônico De Votação	Unidade	20	R\$ 42,89	R\$ 857,80
15	40713	636761	Capacitor de trabalho 35 UF. 380V	Unidade	20	R\$ 40,39	R\$ 807,80
16	50628	441532	Contator - Tipo: Trifásico Tensão Trabalho: 220 V Frequência: 50/60 HZ Aplicação: Banco Capacitor Modelo2: Lc1dlkm7 Número E Tipo De ContatosPrincipais: 1na + 1nf Número Pólos: 3	Unidade	20	R\$ 279,64	R\$ 5.592,80
17	50629	468954	Capacitor Fixo Polipropileno Metalizado - Capacitância Nominal: 45 F Tolerância: +/- 10% Tensão Nominal: 250 VCA Frequência Nominal: 60 HZ Temperatura Trabalho: -25°C A 85 °C Aplicação: Luminária	Unidade	20	R\$ 50,25	R\$ 1.005,00
18	50630	605855	Chave GSP 220 para 5 CV	Unidade	20	R\$ 352,75	R\$ 7.055,00
19	50631	614255	Chave Magnética - Tipo: Partida Direta Tensão Nominal: 380 V CorrenteNominal: 17 A Características Adicionais: Trifásica, Potência De Até 5cv	Unidade	20	R\$ 290,00	R\$ 5.800,00
20	50632	614255	Chave Magnética - Tipo: Partida Direta Tensão Nominal: 380 V CorrenteNominal: 25 A Características Adicionais: Trifásica, Potência De Até 15cv	Unidade	20	R\$ 383,76	R\$ 7.675,20
21	50633	633372	CHAVE DE PARTIDA SOFT-STARTER, MICROPROCESSADA DE 15 CV -380 V	Unidade	15	R\$ 6.388,50	R\$ 95.827,50
22	50634	633372	Chave Elétrica - Tipo: Interruptor De Alavanca Corrente Nominal: 15 A Aplicação: Instalação Predial Tensão Nominal: 120 V Número Pólos: Tripolar Referência: Margirus Posições De Acionamento: Ligado/Desligado E Meio	Unidade	30	R\$ 228,25	R\$ 6.847,50
23	50635	600296	Haste Aterramento - Material: Aço Carbono Tipo: Cilíndrica Revestimento:Cobre Tratamento Superficial: 254 Micra De Cobre Comprimento: 3.000 MM Diâmetro: 5/8 POL	Unidade	30	R\$ 60,05	R\$ 1.801,50
24	50636	396586	Disjuntor DIM Bipolar 16 Amperes	Unidade	25	R\$ 36,10	R\$ 902,50
25	50637	396588	Disjuntor DIM monofásico 20 Amperes	Unidade	25	R\$ 18,70	R\$ 467,50
26	50638	396584	Disjuntor DIM Trifásico 25 Amperes	Unidade	25	R\$ 49,12	R\$ 1.228,00
27	50639	422022	Disjuntor DIM monofásico 32 Amperes	Unidade	25	R\$ 20,11	R\$ 502,75
28	50640	396588	Disjuntor Monofásico 20 Amperes	Unidade	20	R\$ 18,34	R\$ 366,80
29	50641	401220	Disjuntor Monofásico 40 Amperes	Unidade	20	R\$ 20,18	R\$ 403,60
30	50643	616962	Disjuntor Monofásico 50 Amperes	Unidade	20	R\$ 53,66	R\$ 1.073,20
31	50644	616962	Disjuntor Tripolar 50 Amperes	Unidade	20	R\$ 54,23	R\$ 1.084,60
32	50646	401220	Disjuntor Tripolar 40 Amperes	Unidade	20	R\$ 50,35	R\$ 1.007,00
33	50647	422022	Disjuntor Tripolar 30 Amperes	Unidade	20	R\$ 53,69	R\$ 1.073,80
34	50648	636164	Fio flexível Ø 1,5mm (FIO 14)	Metros	2.000	R\$ 2,94	R\$ 5.880,00
35	50649	636167	Fio flexível Ø 2,5mm (FIO 12)	Metros	1.000	R\$ 4,82	R\$ 4.820,00
36	50650	453688	Fio flexível Ø 4mm (FIO 10)	Metros	2.000	R\$ 6,24	R\$ 12.480,00
37	50651	366303	Fio flexível Ø 6mm (FIO 08)	Metros	2.000	R\$ 9,13	R\$ 18.260,00
38	50652	604732	Fita Isolante Elétrica - Material Básico: Borracha Etileno-Propileno (Epr) Resistência À Tensão: Até 69.000 V Classe Temperatura: 105 °C CaracterísticasAdicionais: Autofusão Largura Nominal: 19 MM Comprimento Nominal: 10 M Aplicação: Isolação Primária E Vedação De Emendas (Rolo de 10 M)	Rolo	2.000	R\$ 31,81	R\$ 63.620,00
39	50653	321184	Fita Isolante Elétrica - Material Básico: Borracha Etileno-Propileno (Epr) Características Adicionais: Autofusão Largura Nominal: 19 MM ComprimentoNominal: 20 M Aplicação: Instalações Elétricas (Rolo de 20 M)	Rolo	25	R\$ 13,12	R\$ 328,00

40	50654	636322	CONECTOR TAPIT 1/0	Unidade	90	R\$ 189,00	R\$ 17.010,00
41	50655	623965	Haste Aterramento - Material: Cobre Comprimento: 2.400 MM Diâmetro:3/4 POL Características Adicionais: Alta Camada	Unidade	20	R\$ 44,82	R\$ 896,40
42	50657	613060	PAINEL DE COMANDO CPD 1.5 CV 220V	Unidade	5	R\$ 1.247,79	R\$ 6.238,95
43	50659	438626	Relé de tempo 30 segundos	Unidade	25	R\$ 175,47	R\$ 4.386,75
44	50660	326477	Relé de tempo 60 segundos	Unidade	20	R\$ 184,15	R\$ 3.683,00
45	50661	616618	Relé Tensão - Tensão Nominal: 380-480 V Corrente Nominal: 8 A Número De Contatos Na: 2 Número De Contatos Nf: 1 Aplicação: Quadro De Comando DePonte Rolante Características Adicionais: Relé De Controle, Referência:Harmony-Rm22tr	Unidade	100	R\$ 165,56	R\$ 16.556,00
46	50663	375831	Relé de nível inferior 220V	Unidade	25	R\$ 189,99	R\$ 4.749,75
47	50664	375831	Relé de nível superior 220V	Unidade	25	R\$ 173,75	R\$ 4.343,75
48	50667	637154	Temporizador para automatização de bomba submersa com 100 horas de autonomia (*).	Unidade	90	R\$ 198,33	R\$ 17.849,70
Valor Total do Lote							R\$ 500.422,10

1.2. Da Classificação dos Bens Comuns

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 24.007, de 24 de abril de 2023.

1.2.2. O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. Da Vigência e da Prorrogação da Contratação

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 **(dois) anos** contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1.1. O fornecimento de bens e a prestação dos serviços são enquadrados como continuado tendo em vista que recorrente, cuja sua interrupção pode provocar prejuízos às atividades da unidade demandante, bem como o objeto é necessário durante todo o ano, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.4. Do Tratamento Diferenciado Conferido à ME/EPP/MEI em Contratações e Licitações Públicas

1.4.1. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverá ser RESERVADA às MEs, MEIs e EPPs beneficiadas pelo art. 48, III, LC nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014.

1.4.2. Justificativa para não adoção de cota reservada para ME/EPP

1.4.2.1. Embora o item 1.4.1 deste Termo de Referência estabeleça, como regra geral, a reserva de cota de até 25% dos quantitativos divisíveis para Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, **no presente caso não será adotada a divisão de cota reservada, em razão das características técnicas, operacionais e funcionais do objeto.**

1.4.2.2. A presente contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas, incluindo o fornecimento de materiais hidráulicos, materiais elétricos, bombas submersas, peças e acessórios necessários ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina/PI.

1.4.2.3. Assim, embora existam itens materialmente divisíveis na composição da contratação, o objeto não se caracteriza como simples aquisição isolada de bens ou produtos. Trata-se de solução integrada, composta por serviços especializados e fornecimento de peças, equipamentos e materiais correlatos, todos vinculados à manutenção da continuidade operacional dos sistemas de captação, bombeamento e distribuição de água.

1.4.2.4. A divisão de cota reservada, nesse contexto, poderia ocasionar a contratação de fornecedores distintos para parcelas tecnicamente interdependentes, com risco de incompatibilidade entre peças, materiais, bombas, acessórios e serviços executados, além de dificultar a identificação de responsabilidade por eventuais falhas técnicas, atrasos ou defeitos na execução contratual.

1.4.2.5. O próprio Termo de Referência prevê o agrupamento dos itens em lotes em razão da natureza técnica e

operacional do objeto, uma vez que os componentes hidráulicos, elétricos e mecânicos integram um mesmo sistema de bombeamento, cuja manutenção exige atuação coordenada de prestador responsável pelo diagnóstico, fornecimento das peças necessárias e execução dos serviços. O agrupamento busca evitar incompatibilidades entre peças e serviços, reduzir riscos de falhas operacionais, padronizar os materiais utilizados, otimizar a logística de atendimento e facilitar a gestão e fiscalização contratual.

1.4.2.6. Ademais, a contratação visa atender sistemas de abastecimento de água utilizados em comunidades rurais, cuja paralisação pode comprometer serviço essencial à população. A execução contratual exige capacidade de resposta técnica e logística, inclusive em situações emergenciais, especialmente quando houver interrupção no funcionamento dos sistemas de bombeamento ou risco de comprometimento do abastecimento de água.

1.4.2.7. Dessa forma, a não adoção da cota reservada justifica-se pela necessidade de preservar a unidade técnica do objeto, a padronização dos materiais e serviços, a compatibilidade dos componentes empregados, a eficiência da fiscalização contratual, a adequada responsabilização da contratada e a continuidade dos sistemas de abastecimento de água sob responsabilidade da SDR.

1.4.2.8. A medida não impede a participação de Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte no certame, as quais poderão concorrer normalmente, desde que atendam às condições de habilitação e às exigências previstas no edital. Afasta-se, apenas, a segmentação do objeto em cota reservada, por se revelar inadequada ao caso concreto e potencialmente prejudicial ao conjunto da contratação.

1.4.2.9. Portanto, com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei nº 14.133/2021 e nas justificativas técnicas constantes deste Termo de Referência, conclui-se pela não aplicação da cota reservada de até 25% prevista no item 1.4.1, em razão da interdependência técnica entre os serviços e fornecimentos, da necessidade de execução integrada e do risco de prejuízo à eficiência, economicidade, fiscalização e continuidade do serviço público atendido.

1.4.3. A Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.4.4. O benefício trazido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido.

1.4.5. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação.

1.4.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

1.4.7. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço;

1.4.8. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.4.9. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota principal desde que seja vantajoso para a Administração Pública e que não ultrapasse o preço de referência (valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante art.10, inciso I do Decreto Federal nº 8.538/2015.

1.4.10. É vedada a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme Art. 4º da Lei 14.133/2021;

1.4.11. Os benefícios aos quais se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, não serão estendidos a microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante demonstrar observância desse limite na licitação por meio da Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

1.5. Na presente contratação, não haverá exigência de marca, modelo, fabricante ou procedência específica para as bombas submersas, materiais hidráulicos e elétricos utilizados na manutenção dos sistemas de bombeamento, adotando-se especificações técnicas objetivas e suficientes à adequada identificação do objeto, em estrita observância aos princípios da isonomia, competitividade e julgamento objetivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas, com fornecimento de materiais hidráulicos, elétricos, bombas submersas, peças e acessórios, é essencial para garantir o adequado funcionamento dos sistemas de abastecimento de água

utilizados nas comunidades rurais atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento Rural. Tais serviços e materiais são indispensáveis para assegurar a operação contínua dos sistemas de bombeamento responsáveis pela captação, elevação e distribuição de água, permitindo a rápida correção de falhas, a substituição de componentes desgastados e a manutenção da infraestrutura hídrica necessária ao atendimento das demandas das localidades assistidas pela Administração.

2.2. A Superintendência de Desenvolvimento Rural até a presente data ainda não possui Plano Anual de Contratações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas, incluindo o fornecimento de materiais hidráulicos, materiais elétricos, bombas submersas, peças e acessórios necessários ao funcionamento dos sistemas de bombeamento utilizados nas comunidades rurais atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina/PI.

3.2. A contratação visa assegurar a manutenção regular e contínua dos sistemas de abastecimento de água, garantindo a adequada operação dos equipamentos de bombeamento responsáveis pela captação, elevação e distribuição de água, de modo a evitar paralisações no fornecimento e assegurar o atendimento às demandas das comunidades rurais assistidas pela SDR.

3.3. A solução contempla a execução de serviços especializados de manutenção, bem como o fornecimento de equipamentos, peças e materiais padronizados, observando critérios técnicos de qualidade, procedência, durabilidade e compatibilidade com os sistemas existentes, assegurando maior eficiência operacional e confiabilidade dos equipamentos.

3.4. Opta-se pela contratação centralizada dos serviços e fornecimentos necessários à manutenção das eletrobombas, com o objetivo de otimizar custos, padronizar os materiais utilizados e facilitar o controle técnico, logístico e administrativo das intervenções realizadas nos sistemas de abastecimento de água sob responsabilidade da SDR.

3.5. Dessa forma, a solução apresentada revela-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada ao interesse público, contribuindo para a manutenção da infraestrutura hídrica rural e para a continuidade das ações de apoio ao desenvolvimento rural implementadas pela Superintendência de Desenvolvimento Rural de Teresina/PI, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

4.1. O objeto deverá ser dividido em tantas **LOTES**.

4.2. Justificativa para o Agrupamento dos Itens em Lotes

4.2.1. A opção pelo agrupamento dos itens em lotes, em vez de sua divisão em itens isolados, justifica-se em razão da natureza técnica e operacional do objeto da contratação, que envolve a manutenção preventiva e corretiva de eletrobombas, com fornecimento de materiais hidráulicos, elétricos, bombas submersas, peças e acessórios correlatos. Trata-se de serviços e fornecimentos que apresentam elevado grau de interdependência e complementaridade, uma vez que os componentes hidráulicos, elétricos e mecânicos integram um mesmo sistema de bombeamento, cuja manutenção exige a atuação coordenada de um único prestador responsável pelo diagnóstico, fornecimento das peças necessárias e execução dos serviços.

4.2.2. Nesse contexto, o agrupamento em lotes possibilita maior eficiência técnica na execução contratual, evitando incompatibilidades entre peças e serviços provenientes de diferentes fornecedores, reduzindo riscos de falhas operacionais e garantindo maior padronização dos materiais utilizados. Além disso, tal medida contribui para otimizar a logística de atendimento das demandas, reduzir o tempo de resposta para manutenção dos sistemas e facilitar a gestão e fiscalização contratual, uma vez que a Administração lidará com menor número de contratos e responsáveis técnicos.

4.2.3. Ressalte-se, ainda, que o agrupamento em lotes não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto possui ampla disponibilidade no mercado e pode ser executado por diversas empresas especializadas no setor. Ao contrário, a adoção dessa sistemática tende a assegurar maior economicidade, eficiência administrativa e qualidade na execução dos serviços, em consonância com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, planejamento e vantajosidade para a Administração Pública.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da Participação De Consórcios:

5.1.1. Não poderão participar desta licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

5.2. Da Participação De Cooperativas

5.2.1. No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de

cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente Termo de Referência e Contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

5.3. Da Subcontratação:

5.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Da Habilitação:

5.4.1. Serão exigidos como documentos de habilitação aqueles previstos nos art. 67, 68 e 69 da Lei 14.133/21.

5.5. Da exigência de amostra

5.5.1. não serão exigidas amostras dos produtos.

6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões abaixo justificadas:

6.1.2. A opção pela não exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, fundamenta-se nas características específicas do objeto contratado, que consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas, com fornecimento de materiais hidráulicos, elétricos, bombas submersas, peças e acessórios necessários ao funcionamento dos sistemas de abastecimento de água utilizados nas comunidades rurais atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento Rural.

6.1.3. Trata-se de contratação que envolve serviços e fornecimentos de natureza comum, com especificações técnicas amplamente disponíveis no mercado e de fácil verificação pela fiscalização da Administração. A execução contratual ocorre mediante ordens de serviço ou fornecimento previamente autorizadas, sendo os pagamentos condicionados ao efetivo cumprimento das obrigações assumidas, após verificação da conformidade dos serviços executados e dos materiais fornecidos, o que reduz significativamente os riscos de inadimplemento contratual.

6.1.4. Ademais, os equipamentos e materiais fornecidos, tais como bombas submersas, componentes hidráulicos e elétricos, possuem garantia legal e, quando aplicável, garantia adicional do fabricante, assegurando a possibilidade de correção ou substituição em caso de defeitos ou falhas de funcionamento. Da mesma forma, eventuais inadequações na execução dos serviços de manutenção podem ser prontamente identificadas pela fiscalização técnica e sanadas pela contratada, sem impacto financeiro relevante para a Administração.

6.1.5. Ressalte-se, ainda, que a adoção de garantia contratual poderia representar custo adicional às empresas participantes, o qual tenderia a ser incorporado aos preços ofertados, reduzindo a economicidade da contratação. Considerando, portanto, a natureza do objeto, o modelo de execução contratual baseado em demandas específicas e o controle exercido pela fiscalização administrativa, conclui-se que a dispensa da garantia contratual não compromete a segurança da execução do contrato, mostrando-se medida adequada e proporcional, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Execução e Entrega

7.1.1. O prazo para execução dos serviços e fornecimento das peças, materiais e equipamentos necessários à manutenção das eletrobombas será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento**, conforme o caso.

7.1.2. A execução dos serviços e o fornecimento das peças e materiais ocorrerão de forma **parcelada**, conforme os quantitativos e demandas solicitadas pela SDR/PMT.

7.1.3. Caso não seja possível a execução dos serviços ou a entrega das peças e materiais na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias de antecedência**, para que eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

7.1.4. A execução dos serviços poderá ocorrer tanto nas dependências da **SDR/PMT**, localizada na Rua Coelho Neto, nº 4551, Bairro Lourival Parente, quanto **nos locais onde estiverem instalados os sistemas de bombeamento e abastecimento de água sob responsabilidade da SDR**, conforme a necessidade da Administração.

7.1.4.1. O fornecimento das peças, materiais hidráulicos, materiais elétricos e bombas submersas poderá ocorrer em remessas parceladas, conforme demanda da Contratante e mediante **agendamento prévio**, em dias úteis e dentro do horário de funcionamento da SDR.

7.1.4.2. Os materiais fornecidos deverão ser novos, originais e entregues em suas embalagens originais, contendo identificação de **marca, fabricante, procedência e garantia**, quando aplicável.

7.1.4.3. Os materiais ou equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações da proposta ou deste

Termo de Referência serão rejeitados pela SDR/PMT, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação formal da Contratante.

7.1.4.4. Todas as despesas necessárias à substituição de peças, materiais ou equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações correrão **exclusivamente por conta da CONTRATADA**.

7.1.4.5. A CONTRATADA deverá emitir documentação de remessa ou relatório de execução dos serviços, contendo, no mínimo: identificação da CONTRATANTE, endereço, descrição do serviço executado ou material fornecido, unidade, quantidade, data da execução e assinatura do responsável pelo recebimento.

7.1.4.6. A CONTRATANTE emitirá **Nota de Empenho**, na qual serão explicitados o número do contrato, o valor e os quantitativos correspondentes aos serviços e materiais solicitados.

7.1.4.7. Os técnicos ou empregados da CONTRATADA deverão se apresentar nos locais de execução dos serviços devidamente **identificados com uniforme e/ou crachá**, contendo identificação da empresa e do funcionário.

7.1.4.8. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como garantir que seus empregados permaneçam restritos às áreas necessárias à execução das atividades.

7.1.4.9. Os materiais fornecidos deverão ser transportados e acondicionados de forma adequada, em veículos em perfeitas condições técnicas, de modo a evitar danos ou comprometimento da qualidade dos equipamentos e componentes.

7.1.5. Atendimento em Situações Emergenciais

7.1.5.1. Nos casos **emergenciais ou excepcionais**, devidamente justificados pela Administração, especialmente quando houver interrupção no funcionamento dos sistemas de bombeamento ou risco de comprometimento do abastecimento de água nas comunidades atendidas, a CONTRATADA deverá proceder com a **reparação, manutenção ou substituição dos equipamentos e componentes necessários no prazo máximo de até 05 (cinco) dias**, contados da comunicação formal da CONTRATANTE.

7.1.5.2. Para fins deste Termo de Referência, consideram-se situações emergenciais aquelas que possam comprometer a continuidade do funcionamento dos sistemas de captação, elevação ou distribuição de água, ocasionando prejuízos ao atendimento das comunidades rurais ou à execução das atividades desenvolvidas pela SDR.

7.1.5.3. Nesses casos, a CONTRATADA deverá priorizar o atendimento da demanda emergencial, adotando todas as medidas necessárias para restabelecer o pleno funcionamento do sistema no menor tempo possível.

7.2. Garantia dos Materiais e dos Serviços

7.2.1. Os materiais, peças e equipamentos fornecidos, bem como os serviços de manutenção realizados, deverão possuir garantia mínima conforme previsto na **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, sem prejuízo de garantia adicional oferecida pelo fabricante ou pela contratada.

7.2.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, quaisquer peças, materiais ou serviços que apresentem defeitos, falhas ou irregularidades decorrentes de fornecimento inadequado ou execução incorreta dos serviços, no prazo a ser definido pela fiscalização do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

9.1.8. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.2.4. Comunicar ao contratante, com pelo menos 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do Edital e seus anexos;
- 9.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.2.23. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;
- 9.2.24. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer

possíveis danos que venham a lesar o objeto;

9.2.25. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

9.2.26. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

10.1. Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou conclusão da intervenção técnica, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos ou refeitos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados, mediante termo detalhado.

Medição dos Serviços de Manutenção

10.3-A. A medição dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas será realizada com base nas **Ordens de Serviço emitidas pela Administração**, nas quais constarão a demanda específica, o local de execução, o tipo de intervenção técnica e, quando aplicável, os materiais ou peças a serem fornecidos.

10.3-B. Cada intervenção técnica realizada deverá ser formalizada por meio de **Relatório de Execução de Serviço**, elaborado pela contratada e submetido à fiscalização do contrato, contendo, no mínimo:

- I - identificação da Ordem de Serviço correspondente;
- II - local da execução da manutenção;
- III - data de início e conclusão da intervenção;
- IV - identificação do equipamento ou sistema de bombeamento atendido;
- V - descrição do diagnóstico realizado e do problema identificado;
- VI - descrição detalhada dos serviços executados;
- VII - relação das peças, materiais ou componentes substituídos ou instalados;
- VIII - testes realizados e verificação do funcionamento do equipamento após a manutenção;
- IX - identificação dos profissionais responsáveis pela execução do serviço.

10.3-C. Para fins de medição e pagamento, serão considerados os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização do contrato, podendo compreender:

- I - **visita técnica para diagnóstico ou avaliação do sistema de bombeamento**;
- II - **intervenção técnica de manutenção preventiva**, destinada à inspeção, verificação e ajustes necessários ao funcionamento dos equipamentos;
- III - **intervenção técnica de manutenção corretiva**, destinada à reparação de falhas ou substituição de componentes defeituosos;
- IV - **fornecimento e instalação de peças, materiais ou equipamentos**, quando necessários ao pleno restabelecimento do funcionamento do sistema.

10.3-D. A medição será consolidada pelo fiscal do contrato com base nos relatórios apresentados pela contratada e na verificação da efetiva execução dos serviços, constituindo documento hábil para fins de **liquidação e pagamento da despesa**.

10.3-E. Não serão considerados para fins de medição e pagamento serviços que não tenham sido previamente autorizados pela Administração por meio de Ordem de Serviço ou que não estejam devidamente comprovados por meio de relatório técnico e atestados pela fiscalização do contrato.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Liquidação

10.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.12. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.13. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

Pagamento

10.17. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

10.18. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

10.18.1. Cópia legível do empenho;

10.18.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

10.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

10.18.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

10.18.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.18.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

10.19. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações - SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br.

10.20. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

10.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente,

decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

10.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.23. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.24. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.26. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.28. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

10.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.30. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.31. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$
------------	---------------------------	---

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto no Decreto Municipal nº 25.627, de 2024.

11.10. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

11.10.1. convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.10.2. frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido;

11.10.3. convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.10.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.10.4.1. liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

11.10.4.2. convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.11. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Da Utilização Da Ata De Registro De Preços

12.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido na Legislação Municipal.

12.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

12.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador.

12.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto na Legislação Municipal.

12.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador.

12.6. O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, limitado a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

12.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.8. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções:

a) Qualquer ato que o Órgão Carona cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório - Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;

b) O Órgão Carona fará o contrato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação;

12.9. A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observando o prazo de vigência da ata.

Da Competência Do Órgão Gerenciador Da Ata De Registro De Preços

12.10. Compete ao órgão gerenciador:

12.10.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

12.10.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

12.10.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

12.10.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

12.10.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

Do Cancelamento Do Registro De Preços De Fornecedor

12.11. O fornecedor do bem/serviço poderá ter seu registro de preços cancelado quando:

12.11.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;

12.11.2. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.11.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou

12.12. O cancelamento dos registros, nas hipóteses previstas nos itens 12.11.1 e 12.11.2, será formalizado por despacho do Órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.

12.13. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

12.13.1. Por razão de interesse público; ou

12.13.2. A pedido do fornecedor.

Da Vigência Da Ata De Registro De Preços

12.14. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

12.15. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

12.16. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

Da Revisão E Atualização Dos Preços Da Ata De Registro De Preços

12.17. A Administração poderá revisar e/ou atualizar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 25 e 26 do Decreto Municipal nº 25.627, de 2024.

12.17.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

12.17.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

13. PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS ELETROBOMBAS

13.1. Manutenção Preventiva

13.1.1. A manutenção preventiva consiste no conjunto de atividades programadas destinadas a preservar o adequado funcionamento das eletrobombas e dos sistemas de bombeamento, reduzindo a ocorrência de falhas, prolongando a vida útil dos equipamentos e garantindo a continuidade do abastecimento de água nas localidades atendidas pela Administração.

13.1.2. A manutenção preventiva será realizada conforme a necessidade identificada pela Administração ou de acordo com cronograma previamente definido pela fiscalização do contrato, podendo ocorrer mediante emissão de Ordem de Serviço, considerando as condições operacionais dos equipamentos e a demanda das unidades atendidas.

13.1.3. As atividades de manutenção preventiva poderão compreender, entre outras ações necessárias ao bom funcionamento dos sistemas:

- I - inspeção geral do funcionamento das eletrobombas e dos componentes do sistema de bombeamento;
- II - verificação das condições elétricas dos equipamentos, incluindo análise de corrente elétrica (amperagem), conexões, cabos e dispositivos de proteção;
- III - verificação das condições hidráulicas do sistema, incluindo análise de pressão, vazão e possíveis obstruções;
- IV - inspeção das condições de vedação, acoplamentos e conexões hidráulicas;
- V - limpeza de componentes e equipamentos, quando necessário;
- VI - verificação do estado de desgaste de peças e componentes;
- VII - realização de ajustes e pequenos reparos preventivos que visem evitar falhas futuras;
- VIII - testes operacionais para verificação do desempenho do equipamento após a intervenção.

13.1.4. Sempre que forem identificadas irregularidades ou risco de falha durante a manutenção preventiva, a contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização do contrato, apresentando relatório técnico contendo o diagnóstico e as recomendações necessárias para eventual manutenção corretiva.

13.2. Manutenção Corretiva

13.2.1. A manutenção corretiva consiste no conjunto de intervenções técnicas destinadas a reparar falhas, defeitos ou danos que comprometam o funcionamento das eletrobombas ou dos sistemas de bombeamento.

13.2.2. A manutenção corretiva será realizada sempre que houver ocorrência de falha, mau funcionamento, redução de desempenho ou paralisação dos equipamentos, mediante solicitação formal da Administração por meio de Ordem de Serviço.

13.2.3. Os serviços de manutenção corretiva poderão incluir, entre outras atividades necessárias:

- I - diagnóstico técnico da falha ou defeito apresentado pelo equipamento;
- II - desmontagem e inspeção dos componentes do sistema de bombeamento;
- III - substituição ou reparo de peças, componentes elétricos ou hidráulicos danificados;
- IV - reinstalação e ajuste dos equipamentos após a manutenção;
- V - realização de testes de funcionamento e desempenho após a conclusão dos serviços.

13.2.4. Nos casos ordinários, o atendimento das demandas de manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo estabelecido para execução do objeto, contado da emissão da Ordem de Serviço.

13.2.5. Nos casos emergenciais ou excepcionais, especialmente quando houver paralisação do sistema de bombeamento ou risco de comprometimento do abastecimento de água, a contratada deverá iniciar os procedimentos de reparação e manutenção no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados da comunicação formal da Administração.

13.2.6. Concluída a manutenção corretiva, a contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado, contendo a descrição do problema identificado, os serviços executados, as peças eventualmente substituídas e os testes realizados para verificação do pleno funcionamento do equipamento.

13.3 Logística de Retirada, Transporte e Reinstalação de Eletrobombas

13.3.1. Sempre que necessário para a adequada execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA será responsável pela retirada das eletrobombas e demais componentes dos sistemas de bombeamento, inclusive quando instalados em poços, reservatórios ou demais estruturas hidráulicas vinculadas aos sistemas de abastecimento de água atendidos pela Administração.

13.3.2. A retirada dos equipamentos deverá ser realizada por profissionais qualificados, utilizando ferramentas, técnicas e procedimentos adequados, de forma a evitar danos aos equipamentos, às instalações hidráulicas e elétricas, bem como às estruturas existentes.

13.3.3. Quando a manutenção não puder ser realizada no próprio local de instalação, a CONTRATADA deverá providenciar o transporte seguro do equipamento ou de seus componentes para oficina ou local apropriado para realização dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela integridade dos equipamentos durante todo o processo.

13.3.4. Após a realização dos serviços de manutenção ou reparo, caberá à CONTRATADA realizar a reinstalação do equipamento no local de origem, incluindo a execução das conexões hidráulicas e elétricas necessárias, bem como a realização de testes de funcionamento, assegurando o pleno restabelecimento das condições operacionais do sistema.

13.3.5. Todas as despesas relacionadas à retirada, transporte, manuseio, reinstalação e testes operacionais dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais além daqueles previstos na contratação.

13.4 Destinação e Controle de Peças Substituídas

13.4.1. Sempre que houver substituição de peças, componentes ou equipamentos durante a execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato as peças removidas ou

substituídas, para fins de verificação e controle administrativo.

13.4.2. A apresentação das peças substituídas deverá ocorrer juntamente com o relatório técnico de execução do serviço, permitindo à Administração verificar a efetiva necessidade da substituição realizada.

13.4.3. Após a verificação pela fiscalização do contrato, as peças substituídas poderão receber a destinação definida pela Administração, podendo ser descartadas, devolvidas à contratada ou encaminhadas para eventual reaproveitamento ou controle patrimonial, quando aplicável.

13.4.4. A não apresentação das peças substituídas, quando solicitada pela fiscalização do contrato, poderá caracterizar irregularidade na execução do serviço, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

- 1. moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 3. O atraso superior a 120 (cento e vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 4. compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

14.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

15.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.1.1. Valor Global: **R\$ 2.292.300,93 (dois milhões duzentos e noventa e dois mil e trezentos reais e noventa e três centavos).**

16.1.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo de Referência.

16.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

16.3. É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

16.4. A proposta deverá conter:

16.4.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

16.4.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

16.4.3. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à CPL/COMPRAS, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consularizado.

16.4.4. A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

16.5. Critérios de Aceitação da Proposta:

16.5.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO.

16.5.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

16.5.3. As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

16.5.4. É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade.

16.5.5. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

16.5.6. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

Exigências de habilitação

16.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

16.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

16.1.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

16.1.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#)

(arts. 17 a 19 e 165).

16.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

16.11. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;

16.12. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

16.12.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

16.13. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado valor total estimado da parcela pertinente.

16.14. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

16.15. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

16.16. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

16.17. Comprovação de aptidão para a execução de **serviços de manutenção preventiva e corretiva em eletrobombas ou sistemas de bombeamento**, bem como para o fornecimento de peças, materiais hidráulicos, materiais elétricos e bombas submersas, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

16.18. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, desde que demonstrem a execução de serviços e fornecimentos compatíveis com o objeto desta contratação.

16.19. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

16.20. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.21. Para fins de comprovação da qualificação técnica, serão aceitos atestados que demonstrem a execução de serviços compatíveis com **manutenção de sistemas de bombeamento, manutenção eletromecânica, manutenção hidráulica ou serviços equivalentes**, bem como fornecimento e instalação de equipamentos e componentes relacionados, desde que evidenciem capacidade técnica compatível com o objeto da contratação.

16.22. Considerando a natureza técnica do objeto, que envolve a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de bombeamento, incluindo intervenções em componentes hidráulicos e elétricos, a empresa contratada deverá dispor de **equipe técnica qualificada e com experiência comprovada na manutenção de eletrobombas e sistemas de abastecimento de água**, devendo disponibilizar profissionais com capacitação compatível com as atividades a serem executadas.

16.23. Para fins de execução adequada dos serviços, a contratada deverá dispor, no mínimo, de profissionais com experiência em **manutenção de sistemas de bombeamento ou eletrobombas submersas**, responsáveis pela coordenação técnica das atividades, bem como profissionais habilitados para execução de **serviços elétricos e eletromecânicos**, aptos a realizar diagnósticos, reparos, substituição de componentes e testes de funcionamento dos equipamentos.

16.24. A Administração poderá solicitar, sempre que necessário, a indicação nominal dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, bem como documentos que comprovem sua qualificação e experiência na área de manutenção de sistemas de bombeamento, equipamentos eletromecânicos ou atividades equivalentes.

16.25. A contratada deverá assegurar que os serviços sejam executados por profissionais devidamente capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis, bem como as boas práticas de segurança e operação de equipamentos eletromecânicos.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.292.300,93 (dois milhões duzentos e noventa e dois mil e trezentos reais e noventa e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

17.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

17.3. Não será exigida garantia da proposta como requisito de pré-habilitação.

18. Justificativa para Dispensa de Práticas e/ou Critérios de Sustentabilidade

18.1. No caso específico do presente Registro de Preços, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de materiais destinados à instalação de dosadores para o tratamento da água dos sistemas de abastecimento das comunidades da zona rural de Teresina, a adoção de práticas e/ou critérios adicionais de sustentabilidade foi dispensada.

18.2. A decisão se fundamenta na constatação de que o objeto já possui finalidade intrinsecamente ligada à promoção da saúde pública e à melhoria da qualidade de vida da população, ao assegurar o tratamento adequado da água consumida. Assim, a imposição de requisitos sustentáveis adicionais, como certificações ambientais específicas ou critérios diferenciados de produção, não se mostraria essencial para atingir os objetivos da contratação e poderia restringir a competitividade do certame.

18.3. Ademais, os materiais a serem adquiridos deverão atender aos padrões técnicos e de qualidade definidos no edital, garantindo durabilidade, eficiência e conformidade com a legislação vigente, o que já contribui de forma relevante para a sustentabilidade ambiental e social da execução contratual.

19. Avaliação quanto à Classificação nos Termos da Lei nº 12.527/2011

19.1. Ao final da elaboração do presente Termo de Referência, procedeu-se à avaliação da necessidade de classificação das informações nele contidas, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

19.2. Concluiu-se que o documento não contém dados sigilosos, estratégicos ou restritos que demandem classificação quanto ao grau de sigilo, estando apto a ser disponibilizado integralmente para consulta pública, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. A indicação da dotação orçamentária que irá custear a despesa será:

Classificação Orçamentária: 18001.17511 0014 1.147

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

(Assinado e datado eletronicamente)
João Alves de Macedo Neto
Assessor Técnico Especializado-SDR

APROVO:

(Assinado e datado eletronicamente)
Francisco Duarte Barbosa
Superintendente de Desenvolvimento Rural



Documento assinado eletronicamente por **João Alves de Macêdo Neto, Assessor Técnico Especializado**, em 05/06/2026, às 11:58, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Duarte Barbosa, Superintendente de Desenvolvimento Rural**, em 05/06/2026, às 12:01, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **15551138** e
o código CRC **06AA6C1A**.

Referência: Processo nº 00083.001240/2025-43

SEI nº 15551138

Rua Firmino Pires, 165 - Bairro Centro - - CEP 64001-901 - Teresina - PI